



CONGRESSO

Pacote de propostas para restringir as bets

Parlamentares apresentam projetos com medidas como o endurecimento de regras sobre publicidade dos jogos e limitação de apostas feitas por pessoas em situação de risco. Eles também querem programas do SUS de prevenção e tratamento do vício

» WAL LIMA

Em meio ao debate sobre os impactos das apostas esportivas on-line no Brasil, um grupo de sete parlamentares apresentou, ontem, um pacote de medidas voltado à regulação mais rígida das chamadas bets.

Ao todo, são quatro projetos de lei e uma indicação ao Ministério da Saúde, com o objetivo de endurecer regras sobre publicidade, proteger grupos vulneráveis, evitar conflitos de interesse no setor e propor ações de prevenção ao vício em jogos — problema que vem se agravando com a expansão desenfreada das plataformas de apostas esportivas.

“Não podemos assistir passivamente à explosão desse mercado, enquanto adolescentes são alvos diretos da publicidade e famílias enfrentam crises financeiras e psicológicas causadas pelo vício”, ressalta o grupo de parlamentares, integrante do Gabinete Compartilhado do Congresso Nacional.

Entre as propostas, estão o limite para apostas de grupos de risco, como pessoas com baixa renda, endividados ou em situação judicial delicada; a restrição à publicidade das casas de apostas, principalmente voltada a menores de 18 anos; a criação de uma poupança obrigatória, com 25% dos valores apostados indo direto para uma conta em nome do próprio apostador; e a proibição de servidores públicos com cargos de chefia de se tornarem sócios de empresas do setor de apostas, evitando conflitos de interesse e favorecimentos ilegais.

Ministério da Saúde

Além disso, foi encaminhada uma indicação ao Ministério da Saúde propondo a criação de programas específicos no Sistema Único de Saúde (SUS) para prevenção e tratamento do vício em jogos, reconhecido pela Organização Mundial da Saúde como transtorno mental grave.

“Com o crescimento das bets e outros jogos on-line, a população brasileira está cada vez mais exposta a esse risco”, enfatizou a deputada Duda Salabert (PDT-MG) ao *Correio*. “O SUS precisa

As propostas

» PL 2.269/2025

Veda a publicidade comercial de apostas e produtos similares, exceto em canais controlados pelos próprios operadores, e apenas se acompanhada de mensagens de alerta e restrições, como a proibição para menores de 18 anos. A proposta também tramita no Senado com PL 3719/2024, protocolado pelo senador Alessandro Vieira (MDB-SE).

PL 2.278/2025 (também PL 3.718/2024 no Senado)

Limita as apostas feitas por pessoas em situação de risco, como as inscritas no CadÚnico e as negativadas.

» PL 2.280/2025

Estabelece uma poupança compulsória, obrigando que 25% dos valores apostados sejam destinados a uma conta poupança no nome do apostador, incentivando o hábito de poupar.

» PL 2279/2025

Impede que servidores públicos com cargos de direção, assessoramento ou competência regulatória participem de empresas de apostas, prevenindo favorecimentos e uso de informações privilegiadas.

estar preparado, com políticas públicas específicas para prevenção, diagnóstico e tratamento. Mas não basta tratar: precisamos agir antes que o transtorno se torne uma epidemia silenciosa no país. Essa é uma questão de saúde pública.”

A deputada Tabata Amaral (PSB-SP) ressaltou que a proposta de criação de uma poupança compulsória para apostadores tem cunho pedagógico. “Se, ao apostar, ele for obrigado a poupar, vai perceber, com o tempo, que guardou mais dinheiro do que ganhou com as apostas, no fim das contas”, disse. “E há, ainda, um efeito indireto sobre o grau de endividamento das famílias. Por exemplo: a pessoa decide usar R\$ 100 para jogar, mas desse montante, 25 vai para a poupança. Ou seja, parte dos recursos estarão assegurados, e a família poderá contar com esse valor, tendo ou não ganhado a aposta.”

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



Duda: “Temos recebido relatos preocupantes: famílias se endividando, jovens adoecendo, vidas sendo destruídas pelo vício em apostas”

Quatro perguntas para

Duda Salabert (PDT-MG), deputada

O que deflagrou a elaboração desse pacote de iniciativas legislativas para restringir as apostas on-line?

Essas propostas vêm sendo construídas há meses por nossa equipe técnica, em diálogo com os demais mandatos do gabinete compartilhado. Todos nós temos recebido relatos preocupantes: famílias se endividando, jovens adoecendo, vidas sendo destruídas pelo vício em apostas eletrônicas. Nosso compromisso é com a proteção social e com a redução dos danos causados por essa nova forma de exploração.

Qual é a chance de aprovar o projeto que proíbe a publicidade de uma atividade que movimenta milhões?

Diziam que seria impossível restringir a publicidade do

cigarro, e hoje ela é amplamente proibida. À época, o marketing das empresas de tabaco também movia milhões, patrocinando artistas, eventos e filmes. Com as bets, vivemos situação semelhante. Se teremos chance ou não, é secundário. O importante é não desistir antes mesmo de tentar. Meus eleitores não me elegeram para que eu recusasse diante das pautas que considero urgentes e justas.

Qual será a limitação às apostas feitas por pessoas em situação de risco e outras vulneráveis?

O projeto possibilita restrições de apostas com base em critérios de vulnerabilidades socioeconômicas, como pessoas inscritas em programas sociais e maiores de 80 anos. No entanto,

essas restrições serão definidas em regulamento, a critério do Poder Executivo. Nosso objetivo é garantir maior segurança jurídica, elencando as medidas que podem ser adotadas, como a possibilidade de limitações de transferências mensais para as plataformas, até medidas mais graves, como a vedação total de apostas por essas pessoas. Ou seja, através desse projeto conseguimos impulsionar o Poder Executivo a propor políticas públicas baseadas em evidências diante de uma atividade de alto risco social, econômico e de saúde pública, como são os jogos eletrônicos e apostas on-line.

Qual é o teor da indicação enviada ao Ministério da Saúde que propõe a criação de programas específicos no SUS?

A ludopatia, ou transtorno do jogo patológico, é reconhecida pela OMS como condição médica desde 1980. Com o crescimento das bets e outros jogos on-line, a população brasileira está cada vez mais exposta a esse risco. Por isso, sugerimos que sejam realizados programas específicos para treinamento de equipes do SUS, assim como parcerias com governos locais para tratamento e prevenção de doenças relacionadas ao vício em jogos e apostas. O SUS precisa estar preparado, com políticas públicas específicas para prevenção, diagnóstico e tratamento. Mas não basta tratar: precisamos agir antes que o transtorno se torne uma epidemia silenciosa no país. Essa é uma questão de saúde pública.

Na CPI, influenciador digital joga no “tigrinho”

Geraldo Magela/Agência Senado



O influenciador Rico Melquíades fez a demonstração para senadores

» ALÍCIA BERNARDES*

O influenciador digital Rico Melquíades, depoente de ontem na CPI das Bets, protagonizou um dos momentos mais inusitados da comissão até agora: fez uma aposta ao vivo no Jogo do Tigrinho, a pedido da relatora Soraya Thronicke (Podemos-MS). Ele jogou R\$ 4 e obteve retorno imediato superior a R\$ 100, o que causou surpresa entre os parlamentares e serviu como exemplo das táticas de sedução e promessa de lucro fácil usadas pelas plataformas de apostas — justamente o foco central das investigações do colegiado.

Cobrado a sacar o prêmio que havia ganhado, ele reclamou: “Você estão me deixando

desconfortável. Não estou mais sentindo à vontade. Percebo, sim, um tratamento diferente em relação à Virgínia, e sinto que estão me pressionando demais”. A menção foi à influenciadora digital Virgínia Fonseca, ouvida na sessão de terça-feira e alvo de tietagem, inclusive, de senadores.

A demonstração da aposta foi solicitada por Soraya com o argumento de que a comissão precisava observar como se dá a interação real entre influenciadores e público. Ela mencionou que muitos desses criadores de conteúdo jogam em tempo real, alertam sobre riscos ou ensinam como acessar as plataformas.

Rico confirmou que seu contrato com a plataforma Blaze

exigia 15 postagens mensais, algumas contendo ao menos dois minutos de jogo. “Não existe um script fixo, mas a gente recebe um briefing”, disse.

Questionado sobre a recorrência de vídeos exibindo vitórias, o influenciador admitiu que tendia a divulgar seus ganhos, o que provocou críticas dos senadores, que veem nisso uma forma de estimular o jogo, especialmente entre jovens.

Os parlamentares abordaram também o acordo judicial firmado por Rico com o Ministério Público de Alagoas. Ao ser pressionado a detalhar sua confissão, o influenciador alegou impedimento. “Não posso falar porque é segredo de Justiça.”

Outro tema central do depoimento foram as chamadas “contas demo” versões simuladas de contas em plataformas de apostas, nas quais os resultados são manipulados para mostrar apenas vitórias. Rico negou utilizar contas desse tipo.

“Eu não sei como funciona a conta demo. Eu divulgava, mas também perdia”, sustentou. Ele afirmou que seus ganhos e perdas eram reais e que não recebia comissões pelas perdas dos seguidores. Ele disse ser necessário repensar a forma de divulgar apostas e que mudou sua postura nas redes: “Hoje, alerta os seguidores sobre os riscos”, frisou.

*Estagiária sob a supervisão de Cida Barbosa